

---

Parecer sobre a formação de tarifários 2020

---

Informação	I-001970/2019
Entidade gestora	Serviços Municipalizados de Caldas da Rainha
Serviços	Abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos
Data da deliberação do Conselho de Administração	2019-12-05

---

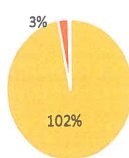
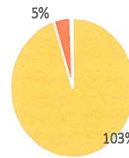
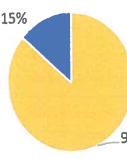
Os Serviços Municipalizados de Caldas da Rainha (adiante designados por SMAS de Caldas da Rainha) submeteu no módulo de regulação económica do Portal da ERSAR informação relativa à proposta de tarifário para 2020, nos termos solicitados no ofício ERSAR com a referência O-005684/2019, de 18 de julho.

Nos termos do artigo 5.º dos Estatutos da ERSAR, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, são, designadamente, atribuições desta Entidade regulamentar, avaliar e auditar a fixação das tarifas praticadas pelas entidades gestoras dos serviços de águas e resíduos de titularidade municipal. No mesmo sentido, o artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece que as tarifas municipais dos serviços de abastecimento, saneamento de águas residuais e resíduos estão sujeitas ao parecer desta Entidade Reguladora no que respeita à sua conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor.

O Regulamento de Procedimentos Regulatórios (Regulamento n.º 446/2018) define os prazos e as ações que as entidades gestoras e as entidades titulares deverão realizar para procederem à revisão anual dos tarifários.

Na sequência da análise dos elementos remetidos e da informação existente na ERSAR, apresenta-se a avaliação da proposta remetida e respetivas conclusões e recomendações.

## 1. Avaliação

Sustentabilidade e eficiência				AA	AR	RU						
Cobertura dos gastos				104%	108%	106%						
Cobertura total dos gastos (por fonte de proveito)												
<div><div></div> Cobertura dos gastos por via tarifária</div> <div><div></div> Cobertura dos gastos por via de outros rendimentos e subsídios ao investimento</div> <div><div></div> Cobertura dos gastos por via de subsídio implícito</div> <div><div></div> Financiamento de tarifários sociais</div> <div><div></div> Outros subsídios à exploração</div>												
Custos unitários de exploração				0,72 €/m³	0,77 €/m³	70,82 €/t						
Necessidades de investimento				AA	AR	RU						
Investimento previsto realizar em 2020				1.216.800 €	1.273.800 €	400.000 €						
em % do Imobilizado bruto 2018				5,63%	7,15%							
Novos investimentos (em % do investimento previsto)				5%	1%	0%						
Investimentos de subs./reabilitação (em % do investimento previsto)				95%	99%	100%						
Indicadores AQS 2018												
Acessibilidade física do serviço - AA01b (%)				100								
Ocorrência de falhas no abastecimento - AA03b (n.º/1000 ramais.ano))				1,4								
Água não faturada - AA08b (%)				28,9								
Reabilitação de condutas - AA09b (%/ano)				0,5								
Ocorrência de avarias em condutas - AA10b (n.º/(100 km.ano))				23								
Perdas reais de água - AA12b (l/(ramal.dia))				136								
Acessibilidade física do serviço através de redes fixas - AR01b (%)					83							
Ocorrência de inundações - AR03b (n.º/1000 ramais.ano))					0,51							
Reabilitação de coletores - AR07b (%/ano)					0,2							
Ocorrência de colapsos estr. em coletores - AR08b (n.º/(100 km.ano))					2,50							
Acessibilidade física ao tratamento - AR11b (%)					100							
Controlo de descargas de emergência - AR12b (%)					100							
Acessibilidade física do serviço - RU01b (%)						NR						
Renovação do parque de viaturas - RU11b (Kms/viatura)					-	381.240						
Encargos tarifários				AA	AR	RU						
				2019	2020	% var.	2019	2020	% var.	2019	2020	% var.
Encargos anuais consumo 10m³				130,95	131,47 €	0%	121,25 €	121,93 €	1%	0,00 €	49,62 €	
Acessibilidade económica				0,39%	0,39%		0,36%	0,36%		0,00%	0,15%	
Conformidade da estrutura tarifária				Recomendações 1/2009 e 2/2010 <sup>(1)</sup>			Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de RU					
				AA	AR		RU					
Utilizadores domésticos												
Tarifa de disponibilidade												
Tarifa variável												
Utilizadores não domésticos												
Tarifa de disponibilidade												
Tarifa variável												
Serviços auxiliares												
<sup>(1)</sup> Dado o carácter não vinculativo das Recomendações a avaliação apresentada para os serviços de AA e AR não constitui incumprimento legal.												
Conformidade - outros aspetos				AA	AR		RU					
Repercussão de taxas ambientais (TRH - AA e AR;TGR - RU)												
Financiamento do tarifário social									art.º22 do RTR			

<sup>(1)</sup> Dado o carácter não vinculativo das Recomendações a avaliação apresentada para os serviços de AA e AR não constitui incumprimento legal.

### Legenda:

- Avaliação boa
- Avaliação mediana
- Avaliação insatisfatória

Não válido, não aplicável ou não respondeu

## 2. Conclusões e recomendações

Face ao exposto, conclui-se e recomenda-se o seguinte:

- Os SMAS das Caldas da Rainha, propondo para 2020, a manutenção dos tarifários dos serviços de abastecimento de água (AA) e saneamento de águas residuais (AR) registará um bom grau de cobertura de custos aos serviços nestes serviços;

No que concerne ao serviço de gestão de resíduos (RU), cuja responsabilidade de entidade gestora é agora transferida da Câmara Municipal para os SMAS das Calda da Rainha, com início da cobrança do serviço ao utilizador final em 2020, a cobertura de custos só ocorrerá, mediante subsidiação da exploração;

- Atendendo aos custos unitários de exploração, acima do desejável, os SMAS das Caldas da Rainha devem ter por foco a redução do nível de ineficiência dos sistemas, o que, no caso de RU possibilitaria reduzir a subsidiação da exploração;
- A redução dos custos unitários de exploração associados a AA e AR deverá, também, ser considerada premente, em virtude da ineficiência dos sistemas estar a ser financiada pelo utilizador final por via do tarifário praticado, o qual poderia ser reduzido (melhorando a acessibilidade económica aos serviços), se aumentada a eficiência da prestação do serviço;
- Neste contexto, deverão ser adotadas medidas de gestão e a execução de investimentos direcionados para a redução das ineficiências subjacentes à exploração dos sistemas;
- Admitindo que o plano de investimentos apresentado, produzirá ganhos de eficiência, importa referir que deverão ser ainda consideradas as necessidades reveladas pelos resultados obtidos na avaliação da qualidade do serviço, sendo expectável que, a par destes ganhos, sejam obtidas melhorias na qualidade dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas, nomeadamente no que diz respeito aos indicadores reabilitação de condutas e de coletores e ocorrência de colapsos estruturais em coletores, o mesmo devendo acontecer no caso do RU (considerada informação reportada pela CM para 2018) no que diz respeito à renovação do parque de viaturas;
- De acordo com a informação prestada, o financiamento dos tarifários sociais não será assegurado pela entidade, pelo menos de forma explícita, situação que contende com a

Recomendação n.º 2/2018 da ERSAR e, no que se refere ao serviço de gestão de resíduos urbanos, constitui um incumprimento do respetivo Regulamento Tarifário;

- Os SMAS das Caldas da Rainha não farão a repercussão sobre os utilizadores finais dos valores pagos por conta da Taxa de Gestão de Resíduos Urbanos à respetiva entidade gestora do serviço de gestão de resíduos em alta, não cumprindo as disposições legais<sup>1</sup> a respeito desta matéria.

Os SMAS de Caldas da Rainha devem adotar as medidas adequadas a conformar as conclusões e recomendações acima mencionadas. Saliente-se que, nos termos do n.º 8 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, as decisões das entidades titulares desconformes às recomendações da ERSAR ou aos pareceres da ERSAR devem fundamentar essa opção na respetiva deliberação.

Acresce ainda informar que pelo incumprimento dos regulamentos tarifários, em concreto o Regulamento Tarifário de Resíduos, atento o n.º 2 do artigo 11.º B do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, alterado pela Lei n.º 12/2014, de 6 março, poderá a entidade titular incorrer num processo contraordenacional, nos termos do n.º 3 do artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na redação atual.

Mais se informa que o tarifário aprovado, acompanhado da respetiva deliberação municipal, deve ser submetido em "Tarifários ao utilizador final" do módulo de regulação económica no Portal da ERSAR, até 15 dias após a sua aprovação, nos termos do n.º 3 do artigo 11.º-A do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

---

<sup>1</sup> Portaria n.º 278/2015, de 11 de setembro.

Por último, a ERSAR reitera a sua disponibilidade para prestar o apoio ou esclarecimentos considerados necessários.

O Conselho de Administração



Paulo Lopes Marcelo  
(Vogal)



Orlando Borges  
(Presidente)



Ana Barreto Albuquerque  
(Vogal)

Anexos: Bandas de referência e quadros com evolução histórica

